

Intelectuais e miséria

João Luiz Homem de Carvalho

30 NOV 1988

Em torno de 35 milhões de brasileiros não têm — ou têm menos de um ano — de instrução formal. Apenas 17 por cento das crianças conseguem terminar o 1º grau, 9 por cento o 2º grau e 3 por cento da população com menos de 17 anos se situam hoje nos chamados segundo e terceiro graus de desnutrição. E, de cada quatro milhões de crianças que nascem atualmente no País, 360 mil morrem antes de completar um ano de idade ou morte absolutamente evitável. São todas vítimas de uma guerra silenciosa, provocada por infecções e desnutrição, causadas por problemas puramente sócio-econômicos.

Que fazer diante de tamanha perversidade?

A nós, intelectuais da comunidade científica, cabe lutar com todas as nossas armas contra esta situação. No entanto, não conseguiremos sequer iniciar esta batalha se não refletirmos sobre onde nos localizamos dentro deste quadro geral de penúria e miséria.

Antes de mais nada, não é difícil chegarmos à conclusão de que nós, com curso superior (1,8 por cento da população), com mestrado (0,02 por cento) ou doutorado (0,004 por cento), exercendo as funções de professores e/ou pesquisadores, fomos extremamente privilegiados pelo sistema. Como exemplo, cito o meu caso, que é, mais ou menos, o caso da maioria dos companheiros intelectuais. Em síntese, o que aconteceu?

Estudei em bons colégios, o que me possibilitou fácil ingresso em uma universidade. Depois de formado, continuei estudando até os 30 anos de idade, quando, então, me doutorei. Jamais tive preocupações maiores com alimentação, saúde ou educação. Os proventos vinham inicialmente de minha família e, depois, do Estado.

A partir daqui cabe a indagação: como não reconhecer que, em relação à grande maioria, fui extraordinariamente privilegiado em minha formação? Seria eu doutor se todos pudessem ter as mesmas condições que eu tive? Talvez não, uma vez que o nível de competência exigido e a concorrência seriam, certamente, bem maiores.

No entanto, mais grave que chegar a ser doutor, em condições privilegiadas, é simplesmente não admitir isto. Os que se negam a encarar este fato agem como avestruzes e persistem se preocupando, exclusivamente, com a melhoria de suas vidas que, em si mesmas, já são boas e isto não há como negar.

Nós, intelectuais do Terceiro Mundo, temos uma dívida a pagar.

É hora de todos nós, indistintamente, procurarmos retribuir à sociedade o privilégio que usufruímos em nossas formações. É tempo de nos voltarmos menos para o afã consumista que envolve nossas vidas e olharmos para a vida daqueles que nada consomem. Ou assim agimos ou, cada vez mais, estaremos isolados em nossas próprias reivindicações. Nosso trabalho com e para a sociedade carente exige um comprometimento progressivamente maior e mais explícito. É essencial que a maioria, os deserdados, os órfãos de privilégios, se apercebam do significado e da importância de nosso trabalho para a melhoria de suas vidas. É tolice esperar isto de um Governo que se entrega aos ditames do grande capital internacional e de uma burguesia rapina que a eles se associam.

É verdade que nosso trabalho nas universidades e nas instituições de pesquisa está quase impraticável pela carência de recursos humanos e financeiros. Mas ainda há um **quase** pelo qual ainda vale a pena lutar.

Trabalhando sintonizados com os segmentos carentes da população e contribuindo para o equacionamento de seus problemas a eles nos aliamos de forma umbilical e orgânica. Somente desse modo teremos força e pressão política suficiente para reverter as decisões daqueles que desconsideram que as atividades públicas de ensino-pesquisa-extensão são fatores essenciais para o desenvolvimento sócio-econômico e cultural do país, permitindo-lhe, ainda, conquistar sua independência tecnológica.

Não teremos problemas em definir as prioridades, tampouco nos faltarão projetos e idéias. Bastanos apenas um mínimo de despreendimento e uma inabalável autodeterminação para executá-los.

Sabemos, de sobra, como agem os governos irrepresentativos e o grande capital nacional e internacional nos países do Terceiro Mundo, ditando suas regras e impondo seus interesses sobre uma sociedade civil desorganizada. Os deploráveis acontecimentos de Volta Redonda muito bem exemplificam isto e, certamente, se tivéssemos uma outra sociedade civil suas consequências, inevitavelmente, teriam sido outras. Conhecemos, também, como funcionam (e de forma eficaz, temos que reconhecer) os mecanismos dos conglomerados nacionais e internacionais para salvaguardar seus interesses, mes-

mo ou principalmente à custa da opressão e exploração das classes majoritárias. No entanto, não temos alternativas. É justamente no contexto deste sistema político, econômico, que se sustenta pela manutenção e reforço da dominação internacional do capital e do monopólio das fontes e matrizes tecnológicas e científicas, que devemos agir.

Ora, uma vez que conhecemos os problemas, suas causas e feitos, por que não buscamos, em definitivo e resolutamente, solucioná-los? Talvez porque nós, privilegiados, tenhamos fortes suspeitas de que isto acarretaria, necessariamente e de imediato, uma queda em nosso padrão de vida extremamente cômoda, conhevenhamos. A questão alimentar pode esclarecer melhor este ponto, pois os dados estatísticos informam que, se cada brasileiro começasse, hoje, a se alimentar de maneira compatível às suas necessidades, precisaríamos dispor de três vezes mais a atual produção de feijão e de cinco vezes mais a de carne. Como isto é impossível, de imediato, satisfazer as necessidades de todos neste momento implicaria perdas para alguns que, de pronto, reagiriam: e como poderei fazer com meu farto e suculento churrasco dominical com meus amigos? E que dizer, então, de minha dionisiaca feijoada, com todos os apetrechos que “tenho direito”? Diante disto, a conformidade dos privilegiados seria o inevitável corolário. Diriam eles: “Quem sabe não seria melhor continuar tudo do jeito que está”?

Não creio, contudo, que esta situação de injustiça seja uma inextricável fatalidade. Nem que o conformismo e a alienação sejam posturas irremovíveis. Temos ainda tempo para refletir e desenvolver ações em busca de um mundo sem fome, com direito à saúde, habitação e educação para todos; um mundo com perspectivas afetivas de paz. Neste sentido, nossa prática cotidiana poderá vir a ser o começo de um posicionamento que, no mínimo, nos redimirá da irresponsabilidade e da culpa. Poderemos, então, compreender e introjetar algumas palavras que refletem a lucidez de dom Helder Câmara sobre o assunto; “A sociedade que não passa fome está automaticamente condenada pela sociedade que passa fome”.

□ João Luiz Homem de Carvalho é professor da Universidade de Brasília (UnB) e secretário regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC/DF)